

APRESENTAÇÃO

Sempre desafiada a se redefinir quanto aos conhecimentos que produz, quanto a seus limites e a suas possibilidades de abertura, a Linguística Aplicada se legitima como campo, área ou domínio de pesquisa *inter, trans, multi* disciplinar. Essa multiplicidade, contudo, não deve ser invocada tão somente para escapar aos desvios, cuja constatação o processo disciplinado pela adjetivação *aplicada* favorece. É preciso que o que há de múltiplo nessa linguística não seja concebido como algo de que se parte e que, portanto, só necessitaria de um aparato metodológico destinado a descobri-lo, mas que seja aquilo que se mostra, de cada vez, uma performance que produz aquilo que observa e descreve. É a oportunidade de experimentar esses limites e aberturas que esta revista busca oferecer a seus leitores.

Compõem o número 52.2 de *Trabalhos em Linguística Aplicada* cinco artigos originais, um dossiê temático com quatro ensaios sobre políticas de língua e internacionalização e um artigo de Mary Louise Pratt traduzido para o português.

É inegável que a questão da verdade, qualquer que seja o ponto de partida para sua abordagem, atravessa todos os campos de estudo que dialogam com a produção de conhecimentos, sejam eles considerados científicos ou não. Com o artigo *A noção de verdade e a pesquisa em Linguística Aplicada: Bakhtin como um possível interlocutor*, Maria Bernadete Fernandes de Oliveira, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), problematiza, a partir dos escritos do filósofo da polifonia e do dialogismo, uma relação entre uma construção do conhecimento que leva em conta a história, os sujeitos, as relações de poder e a ética e a produção da verdade única, abstrata e universal (*istina*). A interlocução com Bakhtin permite à autora destacar

as implicações dessas concepções de verdade para uma dimensão epistemológica da pesquisa em linguística aplicada que considere a responsabilidade do pesquisador pelas verdades que produz.

No contexto da prática em sala de aula, Renilson José Menegassi, da Universidade Estadual de Maringá (UEM), e Natalia Gonçalves Moterani, Mestre em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da mesma universidade, pautam-se também nas ideias de Bakhtin, deixando que ressoem outras vozes, em outro diapasão. Com o foco nos *Aspectos linguístico-discursivos na revisão textual-iterativa*, os autores abordam o processo da escrita como trabalho, e da revisão como ação dialógica marcada por uma responsividade ativa. A análise dos comentários do professor – apontando problemas, solicitando complementações, sugestões, ressalvas e elogios – acabam por revelar que também eles, os professores, têm dificuldades em elaborar esses apontamentos, o que leva os autores a sugerir, agora em novas investigações, a elaboração de padrões de correção.

Valorizando as verdades das narrativas de imigrantes alemães residentes no Médio Vale do Itajaí, Maristela Pereira Fritzen, professora do Departamento de Letras e do Programa de Mestrado em Educação da FURB - Universidade Regional de Blumenau e Luana Ewald, mestranda no Programa de Mestrado em Educação da mesma universidade, desafiam o mito do monolinguismo brasileiro e buscam construir, por meio das entrevistas narrativas, um arquivo que ofereça uma escrita desse passado – vivido pelos imigrantes – como construção de um novo patrimônio, que permita apreender o antes e o depois dessa política de segregação. No artigo *“Aqui somos protegidos pelas nossas quatro paredes. Aqui nós falamos alemão”*: histórias de letramentos interculturais no Vale do Itajaí, SC, os autores trazem para discussão histórias de letramento desses indivíduos, sua escolarização nesse contexto multicultural em que as línguas minoritárias são apagadas/proibidas ou estigmatizadas, e sua relação com questões de identidade étnica e com as políticas linguísticas nacionais e locais. O trabalho propõe uma abertura para o diálogo intercultural, apontando a necessidade de repensar a formação de professores nesse cenário multilíngue.

É bastante provável que o discurso utilitarista sobre a aprendizagem de algumas línguas estrangeiras seja decorrente da forma como a mídia ajuda a fortalecer posições hegemônicas que terminam por serem naturalizadas e consentidas. O artigo *‘Acuerdo cerrado’ – (des)construindo o discurso utilitarista sobre a aprendizagem da língua espanhola* analisa esse discurso a partir do texto *‘Acuerdo cerrado’*, publicado na revista de bordo da companhia aérea TAM. De acordo com Fernando Zolin-Vesz, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT) e Flavia Braga Krauss de Vilhena, da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), a relação entre viagem e negócios, expandida para a associação da aprendizagem do

espanhol a um discurso utilitarista está presente desde o surgimento do Mercosul, que promoveria uma visão da língua espanhola atrelada ao mercado de trabalho. Os autores propõem uma rediscussão do papel da língua espanhola no contexto brasileiro – uma discussão que não parta de um “negócio fechado”. Neste ponto, remetemos o leitor ao ensaio de Rainer Enrique Hamel (no dossiê temático), que aponta outra perspectiva com relação ao papel do Mercosul como promotor de uma política de linguagem que fomenta o bilinguismo espanhol-português, eliminando a necessidade de recorrer ao inglês.

Por uma ‘nova Pragmática emancipatória’, de Dina Maria Martins Ferreira e de Claudiana Nogueira de Alencar, ambas da Universidade Estadual do Ceará (UFC), inscreve-se na linha da *Nova Pragmática* de Kanavillil Rajagopalan com o propósito de ampliá-la, sublinhando a relevância social do trabalho realizado em pragmática, de forma a reafirmar a posição política da prática científica vinculada aos conceitos de ‘emancipação intelectual’ e de ‘partilha do sensível’, de Jacques Rancière. Atendendo para a possibilidade de uma interpretação que conduza ao relativismo de um excesso de subjetivação do sujeito emancipado, as autoras reafirmam o comprometimento dessa nova pragmática emancipatória com os estudos da linguagem, levando em conta a imprevisibilidade constitutiva desses estudos, nos quais o sujeito é, sim, sutônomo, mas não independente.

* * *

O dossiê temático sobre políticas de língua e internacionalização traz-nos à memória uma frase célebre de Bernardo Soares, o heterônimo-prosador do poeta Fernando Pessoa: “Não tenho sentimento nenhum político ou social. Tenho, porém, num sentido, um alto sentimento patriótico. Minha pátria é a língua portuguesa. Nada me pesaria que invadissem ou tomassem Portugal, desde que não me incomodassem pessoalmente” (1997, trecho 259). É verdade que o sentido de pátria proposto por Soares merece uma reflexão mais aprofundada, mas interessa destacar a língua – e não a terra portuguesa – como a pátria sempre por-vir do poeta, da literatura.

O ensaio de Elias Ribeiro da Silva, da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), revela-se, no final de seu caminho, “uma história ainda em construção” – e essa pode ser uma boa indicação para o trabalho de leitura de *A pesquisa em política linguística: histórico, desenvolvimento e pressupostos epistemológicos*, um primoroso panorama histórico da área, com destaque para as diferentes perspectivas epistemológicas que orientaram e orientam pesquisas desenvolvidas em âmbito internacional. Apoiado em sólidas referências, o autor mostra que os primeiros trabalhos nessa área de pesquisa partem do pressuposto de que as políticas linguísticas têm base científica, permitindo um

tratamento neutro dos “problemas linguísticos”, como prática científica “inócua e benéfica para a comunidade” – visão contestada por pesquisadores de linhas marxistas e pós-estruturalistas que denunciam o abandono de questões sociais e ideológicas e a imposição de um modelo de estado-nação formado com base em uma língua comum, que definia a diversidade linguística como um “problema” – talvez esses pesquisadores concordassem com a pátria do poeta amante da língua portuguesa desvinculada de Portugal.

Silva apresenta-nos ainda duas importantes abordagens: a neoclássica – que enfatiza escolhas individuais – e a histórico-estrutural – que considera fatores sociais, políticos e econômicos. O foco no indivíduo rejeita qualquer interferência, dando ao pesquisador o *status* de mero observador dedicado à resolução de problemas linguísticos, e relega o estudo da formação e desenvolvimento das comunidades linguísticas a outros campos do saber. Nessa conjuntura, os processos de política linguística ocupam-se apenas dos aspectos planejados. Mais recentemente vem se destacando o fato de que mesmo não havendo planejamento e políticas explícitas, as crenças dos falantes em relação a suas línguas determinam suas atitudes em relação a outras línguas e, portanto, influenciam tanto a transmissão quanto o ensino e a aprendizagem de outras línguas. Nesse caso, membros de uma comunidade de fala podem ter representações compartilhadas subjacentes às políticas. O autor termina com um alerta: para lidar com essas representações há mecanismos (canais) de disseminação que, uma vez percebidos como neutros, podem transformar tais políticas em políticas homogêneas e hegemônicas.

El campo de las ciencias y la educación superior entre el monopolio del Inglés y el plurilingüismo: elementos para una política del lenguaje en América Latina, de Rainer Enrique Hamel, da Universidad Autónoma Metropolitana (UAM) do México/ DF, brinda-nos com um testemunho lúcido e bem argumentado do problema do predomínio quase absoluto do inglês especialmente no campo das ciências e da educação superior. Para o autor, os estudos quantitativos relativos à distribuição das línguas em publicações internacionais apresentam distorções graves que preparam o caminho para o monolinguismo científico em inglês, além do fato de se ter dado às publicações o nome de “produção”, que deixa de lado o processo para fixar-se no produto. Hamel propõe enfaticamente uma concepção mais ampla das políticas de língua e a necessidade de uma tomada de posição por nossos países e suas academias: formular políticas integradoras como alternativa ao que nomeia visões subalternas – “produzir ciência em sua própria língua como base para passar a outras línguas e espaços da cultura científica”, de forma a não perder sua autonomia. Esse debate, garante, é

urgente, uma vez que muitos profissionais veem essa unificação como vantagem, acentuada com os *rankings* gerados pelos estudos.

Para o autor, essa relação hegemônica do inglês sobre as demais línguas no campo científico surge como um fato natural, mas é, de fato, uma forma de conflito linguístico comparável ao modo como em um país as línguas nacionais vão deslocando as línguas minoritárias (indígenas e de imigrantes). O fato de não haver condições de igualdade nem movimentos contrários às assimetrias acaba por empobrecer também o próprio modelo hegemônico, uma vez que na ausência dessas condições abandona-se o modelo plurilíngue “em favor de um monolinguismo agressivo, total e explícito” – alimentado pelo aumento das publicações científicas em inglês provenientes de países não anglófonos. Finaliza afirmando que “o uso das línguas no campo das ciências, tecnologias e na educação superior ocupa um lugar estratégico de primeira ordem na relação global entre as línguas”.

Para Xoán Carlos Lagares, da Universidade Federal Fluminense (UFF), a base da hegemonia do inglês é o poder de atração do mercado, enquanto no caso das *fonias* trata-se de realidades sociais reconhecíveis, que devem seu funcionamento a comunidades que categorizam sua língua e sua cultura de formas particulares. O *espaço político da língua espanhola no mundo* expõe a peculiaridade da construção e expansão do espanhol, cujo espaço político mostra-se em constante mutação. Para o autor, o que está em jogo quando se fala em política pan-hispânica é a oportunidade de promover o desenvolvimento de tecnologias normativas que promovam a unidade da língua, cabendo às políticas normativas o poder de decidir por modelos de correção. Segundo o autor, o movimento contra esse centralismo normativo aparece mais fortemente no manifesto “Por una soberanía idiomática”, publicado em Buenos Aires, em setembro de 2013. O manifesto tem início com a denúncia da política normativa da Real Academia Española (RAE) destinada à venda da “marca España”, e abordando a questão da língua como instrumento de integração política e cultural dos países da América do Sul. O manifesto traz o tema da soberania, que instala definitivamente a questão da língua entre as relações de poder. Lagares concorda que a relação língua-poder deve ter a atenção de todos na luta por espaços de igualdade, de reconhecimento para os falantes, mas se pergunta se “os construtos envolvidos nas políticas de línguas permitem construir relações e práticas efetivamente mais igualitárias”.

Em *Política Linguística e Internacionalização: a língua portuguesa no mundo globalizado do século XXI*, Gilvan Müller de Oliveira, do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP – CPLP), Cabo Verde, África, assinala o fato de que a língua portuguesa é uma das que mais crescem no momento e reflete sobre três aspectos de sua internacionalização no atual contexto geopolítico: a internacionalização da

língua portuguesa e das línguas em geral; a internacionalização da gestão da língua portuguesa como reconhecimento de uma *língua comum* – de forma que cada país se sinta representado e possa investir na promoção dessa língua; e a internacionalização das sociedades de língua portuguesa. Para alcançar tais objetivos, Oliveira propõe quatro frentes linguísticas: o desdobramento das relações internas à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), seus países associados ou candidatos a observadores, o *Fórum de Macau*, entre a China e sete países de língua portuguesa, os blocos econômicos nos quais o português é oficial; a otimização de uma aliança estratégica entre o português e o espanhol; a melhoria da interatividade em inglês, tanto para conexão com produção científica e tecnológica quanto para tradução da pesquisa científica produzida em português para o inglês; e, finalmente, a instrumentalização das 38 línguas de imigração faladas no Brasil. Assim, acredita o autor, o português pode vir a se tornar “nosso veículo privilegiado para o estabelecimento de relações econômicas e culturais no cenário mundial”, no qual o cálculo do valor econômico da língua leva em conta o seu valor em cada uma das economias nacionais em que funciona, somado às relações econômicas interenacionais que ainda possibilita.

Encerrando este número, a *TLA* traz *Linguistic Utopias*, de Mary Louise Pratt, da Universidade de Nova York, na tradução de André Marques do Nascimento e Joana Plaza Pinto, ambos da Universidade Federal de Goiás (UFG). O artigo é uma leitura crítica da noção de “comunidade linguística” segundo diferentes abordagens dos estudos da linguagem. Essa leitura expõe a lacuna entre a homogeneidade pressuposta na comunidade linguística imaginada (no sentido de Anderson) e a realidade fraturada da experiência linguística nas sociedades modernas estratificadas. A autora propõe ainda uma mudança de abordagem para os estudos da linguagem, defende o fim das utopias linguísticas e o reconhecimento urgente do que chamou de “uma linguística do contato”.

Desejamos a todos uma boa leitura!

A Comissão Editorial